

Magistratura Maranhão Concurso 2000

Prova Preambular (1ª Fase)

1ª questão:

Os magistrados estaduais, nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral, serão julgados:

- A) Pelo Tribunal de Justiça ou pelo Superior Tribunal de Justiça, conforme o crime.
- B) Pelo Tribunal de Justiça.
- C) Pelo Conselho da Magistratura Nacional.
- D) Pelo Tribunal de Justiça ou pelo Superior Tribunal de Justiça, conforme o grau.

2ª questão:

Participa do Conselho da República:

- A) O Presidente da República.
- B) O Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- C) O Procurador Geral da República.
- D) O Líder da Minoria da Câmara dos Deputados.

3ª questão:

Podem propor ação de inconstitucionalidade:

- A) O Vice-Presidente da República.
- B) O Conselho Seccional da OAB.
- C) O Presidente da Câmara dos Deputados.
- D) A Mesa do Senado Federal.

4ª questão:

Litígio entre Estado estrangeiro e o Distrito Federal é da competência originária:

- A) Do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.
- B) Do Superior Tribunal de Justiça.
- C) Do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
- D) Do Supremo Tribunal Federal.

5ª questão:

José Joaquim propôs ação popular, que foi julgada improcedente porque comprovada sua má-fé. Sendo assim, assinale a resposta correta:

- A) José Joaquim é isento do pagamento das custas judiciais.
- B) Ele não é isento do pagamento das custas judiciais por ter agido de má-fé.
- C) Ele foi condenado ao pagamento de custas judiciais só porque a ação foi julgada improcedente.
- D) Ele é isento do pagamento de custas judiciais simplesmente porque intentou ação popular em defesa do patrimônio público.

6ª questão:

É admissível regular as limitações constitucionais ao poder de tributar apenas por:

- A) Lei ordinária.
- B) Decreto.
- C) Medida Provisória.
- D) Lei complementar.

7ª questão:

Instituir impostos sobre transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos é da competência:

- A) Somente dos Estados.
- B) Dos Estados e do Distrito Federal.
- C) Dos Estados e da União.
- D) Da União e do Distrito Federal.

8ª questão:

A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

- A) De um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- B) Da metade, no mínimo, dos membros apenas da Câmara dos Deputados.
- C) De um terço, apenas dos membros do Senado Federal.
- D) Da metade dos membros das Assembleias Legislativas.

9ª questão:

As Constituições, quanto à estabilidade são:

- A) Materiais e formais.
- B) Escritas.
- C) Formais e históricas.
- D) Rígidas, flexíveis e semi-rígidas.

10ª questão:

São privativos de brasileiro nato os cargos:

- A) De Presidente do Superior Tribunal de Justiça.
- B) De Presidentes de Assembleias Legislativas.

- C) De Ministro da Justiça.
- D) De Ministro do Supremo Tribunal Federal.

11ª questão:

Quanto à responsabilidade dos servidores públicos é falso afirmar:

- A) A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.
- B) As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.
- C) A responsabilidade civil decorre somente de ato comissivo de que resulte prejuízo a terceiros.
- D) Tratando-se de danos causados a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.

12ª questão:

Em face do princípio da impessoalidade, pode-se afirmar que a Administração Pública deve tratar a todos os administrados:

- A) Sem critérios específicos.
- B) Sem discriminações e favoritismo.
- C) Sem burocracia.
- D) Sem apego ao formalismo.

13ª questão:

Jorge, médico legista concursado do Ministério da Saúde, lotado no município de Buriticupu, exercendo suas funções no horário matutino no hospital local, foi designado pelo Juiz da Comarca para as funções de Conciliador do Juizado naquele município e comarca. Recentemente, Jorge foi aprovado em concurso público para o cargo de médico municipal de Buriticupu e foi nomeado para ter exercício no horário noturno no hospital local. Com esses dados podemos afirmar:

- A) É irregular a situação de Jorge, pois não pode acumular duas funções de médico.
- B) É regular a situação de Jorge, pois os cargos exercidos por ele são em esferas administrativas diversas.
- C) É irregular a situação de Jorge, pois em nenhuma hipótese pode acumular três cargos públicos.
- D) É regular a situação de Jorge, pois pode acumular dois cargos privativos de médico e um terceiro cargo não remunerado, como é o caso de Conciliador nas Comarcas onde não exista unidades jurisdicionais.

14ª questão:

Quando se diz que o contrato administrativo é sempre realizado *intuitu personae* significa que:

- A) O controle do contrato é feito pelo contratado.
- B) O contrato deve ser executado pelo próprio contratado, em razão de suas condições pessoais.
- C) O Poder Público tem preponderância em face do particular.

- D) O objeto do contrato traduz atividade de interesse público.

15ª questão:

O ato administrativo é toda manifestação unilateral de vontade da Administração Pública que, para sua efetividade, deve estar revestido dos seguintes atributos:

- A) Forma, competência, vinculação.
- B) Imperatividade, presunção de legitimidade, auto-executoriedade.
- C) Oportunidade, conveniência, auto-executoriedade.
- D) Coercibilidade, imperatividade, transitoriedade.

16ª questão:

Sobre desapropriação é correto afirmar:

- A) Na desapropriação para instituir servidão administrativa são devidos os juros compensatórios pela limitação de uso da propriedade.
- B) A incidência dos juros moratórios sobre os compensatórios, nas ações desapropriatórias, constitui anatocismo vedado em lei.
- C) Na desapropriação indireta, os juros compensatórios são devidos desde a antecipada imissão na posse e, na desapropriação direta, a partir da efetiva ocupação do imóvel.
- D) Nas ações de desapropriação incluem-se no cálculo da verba advocatícia as parcelas relativas aos juros compensatórios, mas não as relativas aos moratórios.

17ª questão:

Considera-se interesse social para o fim de desapropriação:

- A) A utilização de áreas, locais ou bens que, por suas características, sejam apropriados ao desenvolvimento de atividades turísticas.
- B) A preservação e conservação dos monumentos históricos e artísticos, isolados ou integrados em conjuntos urbanos e rurais.
- C) A criação de estádios ou construção de edifícios públicos, monumentos comemorativos e cemitérios.
- D) O aproveitamento industrial das minas e das jazidas minerais, das águas e da energia hidráulica.

18ª questão:

Direito pessoal que proporciona ao ex-proprietário perdas e danos, quando o expropriante não lhe oferecer o bem pelo mesmo preço da desapropriação ao desistir de aplicá-lo a uma finalidade pública, denomina-se:

- A) Retorção.
- B) Relegação
- C) Retrocessão
- D) Retroação

19ª questão:

Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal é falso afirmar:

- A) O incentivo à participação popular durante o processo de elaboração da lei de diretrizes orçamentárias constitui uma forma de assegurar a transparência da gestão fiscal.
- B) As contas prestadas pelo Governador do Estado ao Tribunal de Contas, incluirão, além das contas do Executivo, as contas do Legislativo, Judiciário e do Ministério Público.
- C) O parecer sobre as contas dos Tribunais de Contas dos Estados será proferido por uma Comissão da Assembléia Legislativa.
- D) Compete aos chefes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário emitir, semestralmente, Relatório de Gestão Fiscal de suas respectivas administrações.

20ª questão:

Considere as afirmativas seguintes:

- 01) A atividade administrativa não pode sofrer paralisações.
- 02) Por improbidade administrativa entende-se o ato que afronta os princípios norteadores da atuação da administração.
- 03) Requisição administrativa significa a coativa utilização de bens particulares em situações emergenciais.
- 04) A anulação de um ato administrativo pelo Judiciário produz efeitos *ex tunc*.
- 05) A administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos.

Das afirmativas acima:

- A) Todas são corretas.
- B) Somente as de 01, 02 e 04 são corretas.
- C) Somente as de números 02, 03 e 05 são corretas
- D) Somente as de números 01, 03 e 04 são corretas.

21ª questão:

Sobre as autarquias é correto afirmar:

- A) Não gozam de liberdade administrativa.
- B) Podem ser criadas por medidas provisórias.
- C) Só poderão ser criadas por lei específica.
- D) Não respondem pelos seus próprios atos porque não gozam de autonomia.

22ª questão:

Segundo a jurisprudência dominante do Tribunal Superior Eleitoral, é falso afirmar:

- A) No processo de registro de candidatos, quando a sentença for entregue em Cartório antes de três dias contados da conclusão ao Juiz, o prazo para o recurso ordinário em qualquer hipótese, só se conta do termo final daquele tríduo.
- B) No processo de registro de candidatos, o partido que não o impugnou não tem legitimidade para recorrer da sentença que o deferiu, salvo se se cuidar de matéria constitucional.
- C) A falta de abertura de conta bancária específica não é fundamento suficiente para a rejeição de contas de campanha eleitoral, desde que, por outros meios, se possa demonstrar sua regularidade.
- D) O exercício de cargo eletivo não é circunstância suficiente para, em recurso especial, determinar-se a reforma de decisão mediante a qual o candidato foi considerado analfabeto.

23ª questão:

Ainda segundo a Jurisprudência dominante do Tribunal Superior Eleitoral, é verdadeiro afirmar:

- A) Não são inelegíveis, no município desmembrado, e ainda não instalado, o cônjuge e os parentes consangüíneos ou afins, até o segundo grau ou por
- B) adoção, do prefeito do município-mãe, ou de quem o tenha substituído, dentro dos seis meses anteriores ao pleito.
- C) A suspensão de direitos políticos decorrente de condenação criminal transitada em julgado não cessa com o cumprimento ou a extinção da pena, pois depende de reabilitação ou de prova de reparação dos danos.
- D) Os escreventes juramentados dos Ofícios do Registro Civil das Pessoas Naturais das Comarcas de Arari, Viana e Penalva devem, para concorrer ao cargos de vereador, obrigatoriamente, afastar-se de suas funções três meses antes da eleição, de acordo com o art. 1º, II, I, da LC nº 64/90.
- E) Conquanto investido de poder de polícia, não tem legitimidade o juiz eleitoral para, de ofício, instaurar procedimento com a finalidade de impor multa pela veiculação de propaganda eleitoral em desacordo com a Lei nº 9.504/97.

24ª questão:

A Câmara Municipal de Loreto tem 11 vereadores. Na próxima eleição municipal concorrerão cinco partidos políticos. Três desses partidos deverão coligar-se e os outros dois concorrerão independentes. Com esses dados assinale a afirmativa correta:

- A) A coligação poderá apresentar candidatos até o triplo do número de vagas a serem preenchidas e cada partido poderá apresentar até o dobro do número de vagas.
- B) A coligação poderá apresentar candidatos até o dobro do número de vagas a serem preenchidas e cada partido poderá apresentar até dezessete candidatos.

- C) A coligação poderá apresentar candidatos até cento e cinquenta por cento do número de vagas e cada partido até cem por cento.
- D) A coligação poderá apresentar candidatos até o triplo do número de vagas e cada partido o dobro, sendo que todos eles deverão reservar vinte por cento de suas vagas para candidatos do sexo feminino.

25ª questão:

Tarcísio Freire foi eleito prefeito municipal de Santa Filomena do Maranhão, nas eleições de 2000. Houve recurso contra a diplomação sob a alegação de que, em 1996, quando das eleições municipais, tal candidato foi condenado por abuso de poder econômico, em sentença transitada em julgado, em 20.11.1998, tendo sido decretada sua inelegibilidade por três anos. Ajude o Juiz Eleitoral, indicando a alternativa correta:

- A) Tarcísio Freire é inelegível, porque nas eleições de 2000 ainda não havia transcorrido os três anos a que fora condenado.
- B) Tarcísio Freire não é inelegível, porque o prazo de três anos é contado da data das eleições em que se deram os fatos abusivos.
- C) Tarcísio Freire é inelegível, porque abuso de poder econômico é crime eleitoral que prescreve em dez anos.
- D) Tarcísio Freire é elegível, porque a pena já foi prescrita.

26ª questão:

Ferdinando Marco, nascido em 31 de dezembro de 1982, requereu o registro de sua candidatura ao cargo de vereador do município de Formosa da Serra Negra nas últimas eleições municipais. O juiz eleitoral decidiu:

- A) Deferir o registro, porque Ferdinando Marco, enquanto eleitor, é elegível.
- B) Indeferir o registro, porque Ferdinando Marco é inelegível, haja vista não contar com a idade mínima exigível para o cargo.
- C) Deferir o registro, porque a idade mínima para o cargo tem por referência a data da posse.
- D) Indeferir o registro, porque Ferdinando Marco não tem idade para filiar-se a partido político, sendo portanto, inelegível.

27ª questão:

Dois membros do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, os juizes Nivaldo Guimarães e Carlos Santana, pertencem à classe de juristas. Com esses dados podemos afirmar que:

- A) Foram indicados pelo Tribunal de Justiça e nomeados pela governadora.
- B) Foram indicados pela OAB e nomeados pelo Tribunal Regional Eleitoral
- C) Foram indicados pelo Tribunal de Justiça e nomeados pelo Presidente da República.
- D) Foram indicados pela OAB e nomeados pelo Presidente da República.

28ª questão:

Assinale a alternativa correta:

- A) A propaganda por *outdoors* somente é permitida após o sorteio pela Justiça Eleitoral.
- B) A propaganda por *outdoors* somente é permitida após a convenção partidária.
- C) A propaganda por *outdoors* somente é permitida após o dia 5 de julho do ano eleitoral

- D) A propaganda por *outdoors* somente é permitida com autorização do partido ou coligação.

29ª questão:

O Partido dos Vianenses resolve, por deliberação dos seus dirigentes, unir-se ao Partido dos Cururupuenses, adotando, em Convenção Nacional, os estatutos e o programa deste partido. Neste caso ocorreu:

- A) Fusão de partidos.
- B) Extinção de partido.
- C) Fundação de novo partido.
- D) Incorporação de partido.

30ª questão:

A propósito de filiação partidária, considere as seguintes proposições:

- 01) Para concorrer ao cargo de prefeito municipal, o eleitor deverá estar filiado ao respectivo partido pelo menos um ano antes da data das eleições.
- 02) Para desligar-se do partido, o filiado deve comunicar sua decisão por escrito somente ao órgão de direção municipal.
- 03) Para desligar-se do partido, o filiado deve comunicar sua decisão por escrito ao órgão de direção municipal e ao juiz eleitoral da Zona em que estiver filiado.
- 04) Para desligar-se do partido, o filiado deve comunicar sua decisão por escrito ao órgão de direção municipal, ou ao Juiz Eleitoral da Zona em que estiver filiado.

Das afirmativas acima,

- A) 01 e 02 são corretas.
- B) 02 e 04 são corretas.
- C) 01 e 03 são corretas.
- D) Somente a de número 01 é correta.

31ª questão:

Considere as afirmativas seguintes:

- 01) É da competência da Justiça Eleitoral o julgamento dos crimes conexos aos eleitorais.
- 02) O crime eleitoral é um crime político.
- 03) Os prazos de filiação partidária podem ser alterados no ano da eleição, pelas chamadas “leis do ano”.
- 04) Os prazos de filiação partidária, com vistas a candidaturas, não podem ser alterados no ano da eleição.

Das afirmativas acima:

- A) Somente a de número 01 é correta.
- B) 01 e 04 são corretas.
- C) Somente a de número 02 é correta.
- D) 03 e 04 são corretas.

32ª questão:

Examine as proposições abaixo sobre o Código Civil Brasileiro e marque a opção correta:

- 01)** É dividido em cinco livros: Livro I (Da parte geral, com três títulos: Das Pessoas, Dos Bens e Dos Fatos Jurídicos); Livro II (Do Direito de Família); Livro III (Do Direito das Coisas); Livro IV (Do Direito das Obrigações); Livro V (Do Direito das Sucessões).
- 02)** É dividido em duas partes. A parte geral com três livros: Livro I (Das Pessoas); Livro II (Dos bens); e Livro III (Dos Fatos Jurídicos). E a parte especial com quatro livros: Livro I (Do Direito de Família); Livro II (Do Direito das Coisas); Livro III (Do Direito das Obrigações); e Livro IV (Do Direito das Sucessões).
- 03)** O Livro do Direito das Sucessões é dividido em três títulos: Título I (Da sucessão legítima); Título II (Da Sucessão Testamentária); e Título III (Do Inventário e Partilha).
- 04)** O Livro III da Parte Geral (Dos fatos jurídicos) é dividido em três títulos: Título I (Dos Atos Jurídicos); Título II (Dos Atos Ilícitos); e Título III (Da Prescrição).
- 05)** O Livro do Direito das Coisas é dividido em quatro títulos: Título I (Da Posse); Título II (Da Propriedade Imóvel); Título III (Da Propriedade Móvel); e Título IV (Dos Direitos Reais sobre Coisas Alheias).
- 06)** O Título III (Dos Fatos Jurídicos) do Livro I (Da Parte Geral) é dividido em quatro capítulos: Capítulo I (Dos Atos jurídicos em Geral); Capítulo II (Dos Fatos Jurídicos); Capítulo III (Dos Atos Ilícitos); e Capítulo IV (Da Prescrição).
- A) São verdadeiras as afirmativas de números 01, 03 e 06 e as demais são falsas.**
- B) São falsas as afirmativas de números 01, 03, 05 e 06 e as demais são verdadeiras.**
- C) São verdadeiras as afirmativas de números 02, 03 e 04 e as demais são falsas.**
- D) São falsas as afirmativas de números 02, 03, 04 e as demais são verdadeiras.**

33ª questão:

Marta, Igor e Judith são, entre si, parentes colaterais em segundo grau por consangüinidade de vínculo duplo. Igor, filho de Pedro e Maria, é parente colateral de segundo grau por consangüinidade de vínculo simples consangüíneo de Marcus. Judith e Helena são parentes consangüíneos colaterais de segundo grau de vínculo simples uterino. Com esses dados, com certeza, é correto afirmar que:

- A) Pedro e Maria são os pais de Helena.**
- B) Marcus é irmão de Marta, Igor e Judith; e estes são irmãos de Helena.**
- C) Pedro e Maria não são os pais de Judith.**
- D) Todos os parentes consangüíneos em linha reta ascendente em segundo grau de Igor são parentes por afinidade de Helena, na mesma linha e grau.**

34ª questão:

O Dr. Promotor de Justiça da Comarca de Tuntum fez oposição ao casamento de Américo e Lorena sob a alegação de que a nubente não tinha dezesseis anos. O Oficial do Registro Civil expediu, por engano, a certidão de habilitação e o casamento foi celebrado.

Insatisfeito com tal procedimento, o Promotor de Justiça propôs ação ordinária de anulação do casamento. O processo foi devidamente instruído, inclusive com participação do curador do vínculo e foi concluso para sentença. Você é o juiz e deverá:

- A) Acolher a preliminar de ilegitimidade do Ministério Público para propor ação ordinária de anulação de casamento contraído com impedimento dirimente de direito privado, pois nos casos desses impedimentos, o Ministério Público é parte legítima para oferecer oposição, mas não tem legitimidade para propor a ação de anulação do casamento.
- B) Julgar procedente o pedido e declarar a nulidade do casamento, pois ficou provado que a nubente não tinha dezesseis anos e não se tratava de caso em que se deveria evitar a imposição ou cumprimento de pena criminal.
- C) Julgar procedente o pedido e declarar a nulidade do casamento, pois nenhum casamento é válido quando celebrado pendente oposição de impedimento.
- D) Acolher a preliminar de ilegitimidade do Ministério Público para propor ação ordinária de anulação de casamento contraído com impedimento dirimente de direito privado, pois nos casos desses impedimentos, o Ministério Público não pode oferecer a oposição, e conseqüentemente, não pode propor a ação de anulação do casamento.

35ª questão:

O direito que tem a pessoa de acrescentar ao seu nome completo o indicativo da espécie de parentesco para diferenciá-lo de parente homônimo, denomina-se:

- A) Direito ao agnome.
- B) Direito ao nome vocatório.
- C) Direito ao nome civil.
- D) Direito ágrafo.

36ª questão:

Patrícia e Hannes casaram-se em 1970 e desquitaram-se em 1972. Em 1982 restabeleceram à sociedade conjugal. Quando do casamento não fizeram, expressamente, a escolha do regime matrimonial de bens e quando do restabelecimento da sociedade conjugal, através de escritura pública, fizeram a escolha do regime de separação total de bens. Com esses dados podemos afirmar:

- A) O regime de bens do casal será obrigatoriamente o da comunhão universal de bens.
- B) O regime de bens do casal é o da comunhão parcial de bens até o desquite e o da separação total, após o restabelecimento da sociedade conjugal.
- C) O regime de bens do casal será obrigatoriamente o da comunhão parcial de bens.
- D) O regime de bens do casal é o da comunhão universal até o desquite e o da separação total, após o restabelecimento da sociedade conjugal.

37ª questão:

Lucas e Maria casaram-se na Igreja Católica no ano de 1977. Antes da celebração religiosa fizeram o devido processo de habilitação, pois desejavam que seu casamento religioso produzisse efeito civil. Passados dez anos, descobriram que o padre Bráulio, que celebrara o matrimônio, não tomara as providências necessárias para o registro civil do casamento religioso. Em dezembro de 2000 procuraram o Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais desejando que o seu casamento religioso produzisse efeito civil. O Oficial negou-se a tomar as providências para efetivação do desejo do casal e face a insistência do mesmo suscitou dúvida ao Juiz, que decidiu:

- A) Que a negativa do registrador estava correta, pois o casamento religioso, para produzir efeitos civis, deve ser precedido do devido processo de habilitação matrimonial e que deve ser registrado até trinta dias após a celebração, o que não ocorreu, sendo esse prazo decadencial.
- B) Que a negativa do registrador estava incorreta, pois o casamento religioso, para ser registrado necessita de prévia habilitação, o que tinha sido feito pelo casal e que o registro não tinha sido efetivado por responsabilidade do padre celebrante e não por responsabilidade do casal, não podendo este ser prejudicado por irresponsabilidade de terceiros.
- C) Que a negativa do registrador estava correta e o que poderia ser feito era o casal providenciar nova habilitação e, se não houvesse nenhum impedimento, seria celebrado o casamento civil.
- D) Que a negativa do registrador estava incorreta, pois o casamento religioso pode produzir efeitos civis a qualquer tempo, desde que os nubentes façam novo processo de habilitação matrimonial e, em não havendo impedimento, o casamento será registrado, independente de nova celebração, retroagindo os efeitos civis à data da celebração do casamento religioso.

38ª questão:

Sobre o compásco é verdadeiro afirmar:

- A) Quando ocorre em prédios particulares rege-se pela legislação municipal.
- B) É o condomínio de pastagens, que ocorre quando várias pessoas têm o direito de usar o mesmo pasto.
- C) Quando ocorre em prédios particulares e for estabelecido por servidão rege-se pelas normas de condomínio estabelecidas no Código Civil.
- D) É a denominação dada ao participante do contrato de promessa de estabelecimento de condomínio.

39ª questão:

Dos direitos reais sobre coisas alheias podemos afirmar:

- A) Dividem-se em duas categorias: de gozo e fruição e de garantia. Entre os primeiros: o usufruto, a habitação e a enfiteuse; e entre os segundos: a hipoteca, o penhor e a anticrese. O credor anticrético tem direito de reter a coisa em seu poder, enquanto a dívida não for paga, porém, esse direito se extingue em dez anos do dia da transcrição.
- B) Dividem-se em três categorias: de gozo, de garantia e de fruição. Os de garantia são: a hipoteca, o penhor e a anticrese. Os de gozo são o usufruto, a habitação e a enfiteuse, e os demais, são de fruição. Os hospedeiros são credores pignoratícios, dependente de convenção, sobre as bagagens, móveis, jóias ou dinheiro que seus consumidores tiverem consigo, na respectiva casa, pelas despesas ou consumo que aí tiverem feito.
- C) Dividem-se em três categorias: de gozo, de garantia e de fruição. Os de garantia são: a hipoteca, o penhor e a anticrese. Os de gozo são o usufruto, a habitação e a enfiteuse, e os demais, são de fruição. O contrato de enfiteuse é perpétuo, se for por tempo limitado, considera-se arrendamento e como tal se rege.
- D) Dividem-se em duas categorias: de gozo e fruição e de garantia. Entre os primeiros: o usufruto, a habitação e a enfiteuse; e entre os segundos: a hipoteca, o penhor e a anticrese. A enfiteuse e o usufruto são direitos de gozo e fruição sobre coisa alheia, mas se distinguem: a enfiteuse dirige-se apenas a terras incultas e terrenos destinados a edificação e o usufruto não sofre essas restrições.

40ª questão:

Gervásio e Soraia são casados em comunhão de bens, desse casamento nasceram três filhos: Pedro, João e Clayrton. Pedro tem dois filhos, que são irmãos unilaterais. João teve quatro filhos, os dois primeiros eram irmãos germanos, o terceiro irmão unilateral e o quarto era adotado. Clayrton é padre e não tem descendentes. Pedro e João faleceram, em comoriência, em 03 de outubro de 1988, em um acidente automobilístico. Cinco dias depois, ao tomar conhecimento da morte dos filhos, Soraia não resistiu e morreu. Soraia não morreu **ab intestato** e deixou todos os seus bens para seu marido Maurício. Como será distribuída a herança de Soraia ?

- A) Os bens de Soraia serão distribuídos da seguinte forma: cinquenta por cento para seu marido Gervásio e os outros cinquenta por cento para os seus descendentes. O montante destinado aos descendentes será dividido em sete partes iguais, sendo duas para os filhos de Pedro; quatro para os filhos de João e uma para Clayrton, isso porque, os filhos de irmãos pré-mortos concorrerão por cabeça quando o único irmão sobrevivente não tem descendentes.
- B) Todos os bens de Soraia irão para Maurício. A metade por que eles eram casados em comunhão de bens, e a outra metade, em razão do testamento, pois ela poderia dispor em testamento somente da metade de seus bens.
- C) Os bens de Soraia serão distribuídos da seguinte forma: cinquenta por cento para seu marido Gervásio, em razão do testamento e os outros cinquenta por cento para os seus descendentes. O montante destinado aos descendentes será distribuído da seguinte forma: um terço para os filhos de João, um terço para os filhos de Pedro e um terço para Clayrton. Do montante destinado para os filhos de Pedro, cada um dos filhos herdará cinquenta por cento. Do montante destinado aos filhos de João, cada um

herdará vinte e cinco por cento, isso porque, na linha descendentes os filhos sucedem por cabeça e os outros descendentes por cabeça ou por estirpe, conforme se achem ou não no mesmo grau.

- D) Os bens de Soraia serão distribuídos da seguinte forma: cinquenta por cento para seu marido Gervásio, em razão do testamento e os outros cinquenta por cento para os seus descendentes. O montante destinado aos descendentes será distribuído da seguinte forma: um terço para os filhos de João, um terço para os filhos de Pedro e um terço para Clayrton. Do montante destinado para os filhos de Pedro, cada um dos filhos, por serem irmãos germanos, herdará cinquenta por cento. O montante destinado aos filhos de João será dividido em três partes: duas partes para os dois irmãos germanos e a última parte dividida entre o irmão unilateral e o adotivo, haja vista que os irmãos unilaterais e adotivos herdarão a metade do que herdarem os irmãos germanos.

41ª questão:

Sobre o fideicomisso é falso afirmar:

- A) O fiduciário tem a propriedade da herança ou legado, mas restrita e resolúvel.
- B) São nulos os fideicomissos além do segundo grau.
- C) O fideicomissário não responde pelos encargos da herança que ainda restarem, quando vier a sucessão.
- D) Caduca o fideicomisso se o fideicomissário morrer antes do fiduciário.

42ª questão:

Sobre a locação é falso afirmar:

- A) Nos casos de dação em pagamento e cessão de direitos, o locatário tem também o direito de preferência nas mesmas condições como no caso de venda do imóvel.
- B) O direito de preferência não alcança os casos de venda por decisão judicial, permuta e doação.
- C) Estando o imóvel sublocado em sua totalidade, caberá a preferência ao sublocatário e em seguida, ao locatário.
- D) O locador somente poderá exigir novo fiador ou a substituição da modalidade de garantia no caso de morte do fiador.

43ª questão:

Assinale a alternativa verdadeira:

- A) O erro na indicação da pessoa, ou coisa, a que se referir a declaração de vontade, viciará o ato jurídico, independentemente de que, pelas circunstâncias ou pelo contexto, se possa identificar a coisa ou pessoa cogitada.
- B) O direito à sucessão, os direitos do autor e as apólices da dívida pública oneradas com a cláusula de inalienabilidade são considerados bens imóveis para todos os efeitos legais.
- C) O doador pode revogar a doação quando o donatário, podendo, recusa-se a lhe prestar os alimentos de que necessita, independente da existência de qualquer relação de parentesco entre o doador e o donatário.
- D) O apelido de família não é adquirido *ipso iure*, com o simples fato do nascimento, pois depende de sua inscrição no registro competente.

44ª questão:

Assinale a alternativa verdadeira:

- A) A ausência, declarada por sentença, produz, *ipso iure*, a dissolução da sociedade conjugal, mas não produz a dissolução do vínculo matrimonial.
- B) O excluído da sucessão por indignidade não tem direito ao usufruto e à administração dos bens que a seus filhos couberem na herança, mas pode participar da sucessão eventual desses bens.
- C) Para que sejam excluídos da sucessão o cônjuge e todos os parentes colaterais, não é suficiente que o autor da herança disponha em testamento sobre os seus bens, sem os contemplar.
- D) No contrato de compra e venda, a preempção impõe ao comprador a obrigação de oferecer ao vendedor a coisa que aquele vai vender, ou dar em pagamento, para que este use de seu direito de prelação na compra, tanto por tanto.

45ª questão:

Não se trata de direito básico do consumidor, segundo o Código de Defesa do Consumidor:

- A) A adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral.
- B) A participação e consulta na formulação das políticas que os afetem diretamente, e a representação de seus interesses por intermédio das entidades públicas ou privadas de defesa do consumidor
- C) A proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos.
- D) A educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações

46ª questão:

A respeito da responsabilidade civil no âmbito do Código de Defesa do Consumidor é falso afirmar:

- A) O fornecedor de serviços é solidariamente responsável pelos atos de seus representantes autônomos.
- B) Exclui a responsabilidade civil do fornecedor a culpa exclusiva do terceiro.
- C) A responsabilidade dos profissionais liberais equipara-se à dos demais prestadores de serviços.
- D) A ofensa, tendo mais de um autor, todos responderão solidariamente pela reparação dos danos causados ao consumidor, independentemente do grau de culpa.

47ª questão:

Sobre crédito rural, segundo o disposto no Decreto Lei 167/67 e a reiterada jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar:

- A) Em caso de inadimplência, a taxa de juros remuneratórios será elevada em 1% ao ano, à guisa de encargos moratórios.
- B) É vedada a capitalização mensal de juros, ainda que pactuada entre as partes contratantes.
- C) Defeso é a cobrança de correção monetária, ante a inexistência de previsão legal que a autorize.
- D) Incide, em qualquer circunstância, a limitação de taxa de juros de 12% ao ano prevista na Lei de Usura.

48ª questão:

Segundo a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça é verdadeiro afirmar:

- A) Não compete à Justiça Estadual processar e julgar ação movida por trabalhador avulso portuário, em que se impugna ato do órgão gestor de mão-de-obra de que resulte óbice ao exercício de sua profissão.
- B) Não compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações relativas à contribuição sindical prevista no artigo 578 da Consolidação das Leis do Trabalho.
- C) Não compete ao Juiz Estadual, nas comarcas que não seja sede de vara da Justiça Federal, processar e julgar ação civil pública, quando a União figure no processo.
- D) Não é da competência da Justiça Estadual autorizar o levantamento dos valores relativos ao Pis/Pasep e FGTS, em decorrência do falecimento do titular da conta.

49ª questão:

Ainda segundo a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça é verdadeiro afirmar:

- A) O contrato de abertura de crédito, acompanhado de extrato da conta-corrente é título executivo extrajudicial.
- B) É admissível o interdito proibitório para a proteção do direito autoral.
- C) A notificação destinada a comprovar a mora nas dívidas garantidas por alienação fiduciária não dispensa a indicação do valor do débito.
- D) A Fazenda Pública, quando parte no processo, fica sujeita à exigência do depósito prévio dos honorários do perito.

50ª questão:

Sobre os Juizados Especiais Cíveis é correto afirmar:

- A) As causas cíveis enumeradas no art. 275, inciso II, do Código de Processo Civil, ainda que de valor superior a quarenta salários mínimos, podem ser propostas no Juizado Especial; e o prazo para recurso, conta-se da ciência da sentença e não da juntada do AR ou mandado aos autos.
- B) Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, estando presente o réu, não implica em revelia; e o preposto que comparece sem Carta de Preposição obriga-se a apresentá-la, no prazo que for assinado, para a validade de eventual acordo, mas, não sendo este concretizado, incidem, de plano, os efeitos de revelia.
- C) A intimação do advogado é válida na pessoa de qualquer integrante do escritório, desde que identificado o recebedor da intimação, mas a correspondência ou contra-fé recebida por pessoa da família, mesmo devidamente identificada, no endereço da parte, não é eficaz para efeito de citação.
- D) O conciliador não está incompatibilizado nem impedido de exercer a advocacia, exceto perante o próprio Juizado Especial em que atue ou se pertencer aos quadros do Poder Judiciário, mas o advogado da pessoa jurídica pode acumular as funções de preposto e advogado da mesma pessoa jurídica em um mesmo processo.

51ª questão:

Assinale a opção correta:

- A) A proibição de alteração do pedido e da causa de pedir excluem a alegação de direito superveniente ou fato constitutivo, modificativo ou extintivo.
- B) Na impugnação ao valor da causa, os honorários advocatícios serão fixados consoante apreciação eqüitativa do juiz.
- C) Se o assistido ficar vencido, o assistente será condenado nas custas em proporção à atividade que houver exercido no processo.
- D) Da decisão que rejeita liminarmente a oposição, cabe agravo de instrumento.

52ª questão:

Sobre o valor da causa é falso afirmar:

- A) A impugnação oferecida pelo réu será autuada em apenso, suspendendo o curso do processo, ouvindo-se o autor no prazo de 05 (cinco) dias.
- B) No arresto, o valor da causa deve ser correspondente à importância da medida cautelar.
- C) A oposição tem valor independente do atribuído à ação principal.
- D) Na ação declaratória, o valor da causa será, em regra, o do negócio a que corresponde a relação jurídica, cuja existência se quer afirmar ou negar.

53ª questão:

Considere as afirmativas seguintes:

01) Na citação, o prazo para contestar ou responder começa sempre a correr, para todos, da mesma data; diversamente da intimação, onde os inícios dos prazos podem ser diferentes.

02) O juiz pode apreciar fato constante dos autos não alegado pelas partes, somente se o fato for secundário ou acessório.

03) O assistente técnico das partes deve apresentar seu laudo no mesmo prazo conferido para tanto ao perito.

04) A ausência de impugnação aos embargos oferecidos em ação monitória equivale à revelia.

05) A prescrição da dívida, mesmo evidente, não é óbice à concessão do arresto.

Das afirmativas acima,

A) são corretas somente as de número **01 e 02**.

B) são corretas somente as de número **01, 02 e 05**.

C) são corretas somente as de número **02, 03 e 05**.

D) são corretas somente as de número **02, 04 e 05**.

54ª questão

Assinale a alternativa falsa:

A) A penhora, na execução de títulos, constitui pressuposto de desenvolvimento válido da relação processual.

B) Em se tratando de condições da ação, não ocorre preclusão, ainda que exista explícita decisão a esse respeito.

C) O prazo para o recurso do terceiro prejudicado é o mesmo das partes.

D) O documento feito por oficial público incompetente, ou sem a observância das formalidades legais, mesmo subscrito pelas partes, não tem a mesma eficácia probante do documento particular.

55ª questão:

Na Comarca de Balsas, Aarão propôs contra Castro Ação Reivindicatória, cuja sentença, proferida pelo então juiz daquela comarca, lhe fora favorável, não havendo recurso dessa decisão. Iniciada a execução da sentença, Violeta, esposa de Castro, propôs na mesma comarca, ação declaratória de nulidade de sentença sob o argumento de que não fora citada na ação reivindicatória, fato devidamente comprovado com os documentos juntados com a inicial da declaratória. O atual juiz da comarca, Dr. Sebastião Bonfim, julgou procedente a declaratória anulando a sentença da ação reivindicatória. Com esses fatos é verdadeiro afirmar:

A) Agiu corretamente o juiz, pois em se tratando de **querela nullitatis insanabilis** o próprio juiz ou seu sucessor pode rever esses atos.

B) Agiu erradamente, pois em nenhum caso pode um juiz declarar nula a sentença de outro.

C) Agiu corretamente o juiz ao julgar procedente a ação declaratória de nulidade de sentença por se tratar de típico caso de **querela nullitatis insanabilis**.

D) Agiu erradamente o juiz, pois nesses casos ação devida é a rescisória e nunca a declaratória de nulidade de sentença.

56ª questão:

Em execução por dívida de alimentos com base no art. 733 do CPC, Edmilson Vieira, teve sua prisão decretada por ordem do Juiz de Direito da 3ª Vara de Codó, apesar de ter apresentado justificativa alegando e provando que seus três filhos, haviam atingido a maioria há mais de seis meses e que nenhum deles era universitário ou inválido. O Juiz decretou sua prisão e Edmilson Vieira impetra **Habeas Corpus** no Tribunal de Justiça, sendo distribuído ao Desembargador Stélio Muniz, da 3ª Câmara Cível. Assinale a alternativa correta:

- A) O **Habeas Corpus** deve ser redistribuído a um dos desembargadores integrantes das Câmaras Criminais, pois o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão estabelece que somente às Câmaras Criminais compete o julgamento de **Habeas Corpus**.
- B) As Câmaras Cíveis, segundo o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão, têm competência, nos casos de prisão civil, para julgamento de **Habeas Corpus**, devendo a ordem ser concedida sob dois fundamentos: a não contemporaneidade da dívida e a não obrigação de alimentar pelos fundamentos apresentados na justificativa.
- C) As Câmaras Cíveis, segundo o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão, têm competência, nos casos de prisão civil, para julgamento de **Habeas Corpus**, devendo, entretanto, a ordem ser negada, pois para que se extinga a obrigação de alimentar é necessária a devida ação exoneratória, o que não fez o paciente.
- D) O **Habeas Corpus** deve ser redistribuído a um dos desembargadores integrantes das Câmaras Criminais Reunidas, pois o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão estabelece que somente a esse órgão compete o julgamento de **Habeas Corpus** em que Juiz de Direito figure como determinante do constrangimento ilegal.

57ª questão:

O Direito Penal, ao contrário do Direito Civil, não se nos apresenta a **numerus apertus**, mas sim a **numerus clausus**. Quando da aplicação da lei penal é fundamental que ela seja bem interpretada pelo julgador. Assim, assinale a afirmativa correta:

- A) A Exposição de Motivos do Código Penal constitui uma interpretação autêntica da Lei Penal Brasileira.
- B) Quanto aos meios empregados, a interpretação da Lei Penal pode ser classificada em teleológica e sintática.
- C) Quanto aos sujeitos, a interpretação da Lei Penal pode ser classificada exclusivamente em judicial e doutrinária.
- D) Quanto aos resultados, a interpretação da Lei Penal pode ser classificada em declarativa, autêntica, extensiva e restritiva.

58ª questão:

Assinale a alternativa correta:

- A) No crime de Moeda Falsa, a falsificação grosseira não elimina o delito.
- B) A circulação de Moeda Falsa é um crime de ação múltipla, respondendo o sujeito por uma só infração quando realiza as diversas condutas descritas, como importar, guardar e vender o objeto material.
- C) A emissão de título ao portador sem permissão legal é um crime contra a fé pública que se encontra incluído entre os tipos do Capítulo Da Falsidade de Títulos e Outros Papéis Públicos.

- D) Possuir ou guardar aparelho especialmente destinado a falsificação de moeda caracteriza o crime de moeda falsa.

59ª questão:

Carlos casou com Tays, que faleceu antes da consumação do casamento. Cinco anos depois, casou-se com Pollyana de quem se divorciou. Dez anos depois, Carlos conheceu Antonieta e com ela se casou, sabendo que Antonieta era mãe de Tays. Antonieta sabia que Carlos tinha dois casamentos anteriores dissolvidos, não sabendo, entretanto, que Tays tinha sido a primeira esposa de Carlos. Desses fatos podemos afirmar:

- A) Carlos praticou dois crimes diversos: o de induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento tipificado no art. 236 do Código Penal e o crime de conhecimento prévio de impedimento, tipificado no art. 237 do mesmo diploma legal.
- B) Carlos não praticou nenhum crime, pois não existe nenhum impedimento de seu casamento com Antonieta, uma vez que o seu primeiro casamento não fora consumado, além do que Tays já era falecida e Carlos já havia contraído um segundo casamento, e, por conseguinte, estava extinta qualquer relação de afinidade com Antonieta.
- C) Carlos praticou somente o crime de induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento tipificado no art. 236 do Código Penal.
- D) Carlos praticou somente o crime de conhecimento prévio de impedimento tipificado no art. 237 do Código Penal.

60ª questão:

São exclusivamente crimes contra a família:

- A) Adulterio, abandono de incapaz, exposição ou abandono de recém-nascido e subtração de incapazes.
- B) Adulterio, bigamia, exposição ou abandono de recém-nascido e corrupção de menores.
- C) Adulterio, bigamia, registro de nascimento inexistente e exposição ou abandono de recém-nascido.
- D) Adulterio, registro de nascimento inexistente, abandono intelectual e subtração de incapazes.

61ª questão:

Assinale a alternativa falsa:

- A) O condenado a regime fechado poderá exercer trabalho externo em serviços ou obras públicas.
- B) Em alguns casos a cobrança da pena de multa pode efetuar-se mediante desconto no vencimento ou salário do condenado.
- C) O juiz não poderá declarar extinta a pena, enquanto não passar em julgado a sentença em processo a que responde o liberado, por crime cometido na vigência do livramento condicional.
- D) A reabilitação alcança quaisquer penas aplicadas em sentença definitiva e em nenhuma hipótese poderá ser revogada de ofício pelo juiz .

62ª questão:

Assinale a alternativa verdadeira:

- A) A coação moral irresistível é causa de exclusão de antijuridicidade e o perdão judicial é causa de extinção de punibilidade.
- B) A coação moral irresistível é causa de exclusão de culpabilidade e o perdão judicial é causa de exclusão de tipicidade.
- C) A coação moral irresistível é causa de exclusão de antijuridicidade e o perdão judicial é causa de exclusão de tipicidade.
- D) A coação moral irresistível é causa de exclusão de culpabilidade e o perdão judicial é causa de extinção de punibilidade.

63ª questão:

Norma, com vinte e seis anos, casada, procurou emprego nas Lojas Miudezas. Paulo, gerente dessa empresa, depois de saber que Norma era casada exigiu que a mesma apresentasse documento médico que comprovasse que tinha sido esterilizada. Cristina, amiga de Norma, que já trabalhava nas Lojas Miudezas e que a tinha indicado para a vaga e receberia, da firma, por isso, uma gratificação de dez por cento de seu salário, aconselhou Norma a fazer esterilização, pois já tinha quatro filhos e não perderia o emprego. Norma, seguindo os conselhos de Cristina procurou Jorge, seu médico, que a seu pedido realizou uma ooforectomia e não notificou a autoridade sanitária a sua realização. Levando em conta esses dados, é verdadeiro afirmar:

- A) Cristina não praticou nenhum crime, pois inexistente a figura delituosa de instigação ou indução dolosa à prática de esterilização cirúrgica, mas Paulo praticou o crime de exigir atestado de esterilização para qualquer fim, inclusive para as relações de trabalho, cuja pena é de reclusão de um a dois anos, além de multa.
- B) Dessas pessoas, a única a praticar crime foi o médico Jorge, pois deixou de notificar a autoridade sanitária a realização de uma esterilização cirúrgica, o que é determinado pela Lei 9.263/96 que trata do Planejamento Familiar.
- C) O médico Jorge não praticou nenhum crime, pois a ooforectomia é reversível não caracterizando o crime de lesões corporais (art. 129 CP: ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem), o que ocorreria se tivesse sido uma histerectomia e o gerente Paulo teria praticado crime se tivesse exigido exame de estado de gravidez, o que não fez.
- D) O médico Jorge praticou o crime de esterilização cirúrgica cuja pena será aumentada de um terço por ter sido praticada por ooforectomia; Cristina praticou o crime de instigação ou indução dolosa à prática de esterilização cirúrgica; e Paulo praticou o crime de exigir atestado de esterilização para qualquer fim.

64ª questão:

Não caracteriza crime:

- A) A negativa do chefe da repartição fazendária em fornecer certidão negativa de tributos ou de contribuições em geral quando o contribuinte ou o responsável tributário autuado formula, a tempo e modo regulamentar, a defesa ou a impugnação do lançamento ou do levantamento de contribuições, a qual está pendente de decisão na esfera administrativa e o contribuinte ou o terceiro por ele oferece garantia idônea.
- B) Deixar a autoridade policial responsável pela apreensão de criança ou adolescente de fazer imediata comunicação à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada

- C) Hospedar em motel criança ou adolescente, desacompanhado dos pais ou responsável ou sem autorização escrita destes, ou da autoridade judiciária.
- D) No caso de retomada, para uso próprio, de imóvel locado após o término do prazo de locação inferior a trinta meses, deixar o retomante, de residir no imóvel pelo prazo de no mínimo um ano.

65ª questão:

Assinale a alternativa falsa:

- A) Constranger alguém com emprego de violência causando-lhe sofrimento físico em razão de discriminação racial caracteriza crime de tortura.
- B) Reproduzir alguns exemplares de uma página de um livro, sem a devida autorização do autor, para distribuição e discussão entre alunos em uma sala de aula, caracteriza o crime de violação do direito autoral.
- C) A participação de quatro pessoas em uma briga necessariamente caracterizará o crime de rixa ou o crime de formação de quadrilha.
- D) O crime de extorsão se assemelha ao crime de roubo e ao crime de constrangimento ilegal, por que em tais crimes, o sujeito ativo deverá usar contra a vítima violência ou grave ameaça.

66ª questão:

Sobre a prescrição é falso afirmar:

- A) A prescrição das penas restritivas de direito ocorre nos mesmos prazos previstos para as penas privativas de liberdade.
- B) No caso de evasão do condenado ou de revogação do livramento condicional, a prescrição é regulada pelo tempo que resta da pena.
- C) São reduzidos em um terço os prazos da prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de vinte e um anos.
- D) O fato do agente cumprir pena no estrangeiro é causa impeditiva da prescrição

67ª questão:

Segundo a Jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, é falso afirmar:

- A) A participação de membro do Ministério Público na fase investigatória criminal não acarreta o seu impedimento ou a sua suspeição para o oferecimento da denúncia.
- B) A incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal.
- C) Compete ao juízo das execuções penais do Estado a execução das penas impostas a sentenciados pela justiça federal, militar ou eleitoral, quando recolhidos a estabelecimentos sujeitos a administração estadual.
- D) Não compete à justiça comum estadual processar e julgar o crime de estelionato praticado mediante falsificação das guias de recolhimento das contribuições previdenciárias, mesmo quando não ocorrente lesão a autarquia federal.

68ª questão:

Em relação aos Juizados Especiais Criminais é falso afirmar:

- A) O Ministério Público, oferecida a representação, poderá propor diretamente a transação penal, independentemente do comparecimento da vítima à audiência preliminar.
- B) A proposta de transação de pena restritiva de direitos não é cabível quando o tipo em abstrato só comporta pena de multa.
- C) Em se tratando de contravenção, as partes poderão arrolar até três testemunhas e, em se tratando de crime, o número admitido é de cinco testemunhas, mesmo na hipótese de concurso de crimes.
- D) O termo circunstanciado de que trata o art. 69 da Lei 9.099/95, no Estado do Maranhão, poderá ser lavrado por autoridade policial civil ou militar.

69ª questão:

Assinale a alternativa falsa:

- A) Da aplicação de medida sócio-educativa a adolescente, cabe recurso de apelação no prazo de dez dias.
- B) Do indeferimento do pedido de reconhecimento de prescrição, cabe apelação no prazo de cinco dias.
- C) Da decisão do Tribunal do Júri quando a decisão dos jurados for manifestamente contrária à prova dos autos, cabe apelação no prazo de cinco dias.
- D) Da decisão que incluir jurado na listra geral de jurados, cabe recurso em sentido estrito no prazo de vinte dias.

70ª questão:

São crimes que, quando de seu processamento e julgamento, obedecerão as regras da Lei 9.099/95 e deverão ser julgados pelos Juizados Especiais Criminais:

- A) Lesão Corporal (Art. 129 CP); Perigo de contágio venéreo (Art. 130 CP); Omissão de socorro da qual resulta lesão corporal de natureza grave (Art., 135, § 1º, CP); e Exercício arbitrário das próprias razões (Art. 345 CP).
- B) Condescendência criminosa (Art. 320 CP); Exercício Arbitrário das Próprias razões (Art. 345 CP); Perigo de contágio venéreo (Art. 130 CP); Omissão de socorro da qual resulta lesão corporal de natureza grave.
- C) Inserção de dados falsos em sistema de informações (Art. 313-A CP); violência arbitrária (Art. 322 CP); Lesão Corporal (Art. 129 CP).
- D) Lesão Corporal (Art. 129 CP); Omissão de socorro (Art. 135 CP); inserção de dados falsos em sistema de informações (Art. 313-A CP); e Exercício arbitrário das próprias razões (Art. 345 CP).

71ª questão:

A Dra. Ângela, Juíza do 1º Juizado Especial Criminal de São Luís, designou para amanhã, dia 27 de maio de 2001, domingo, três audiências de instrução e julgamento em processos em tramitação no seu juizado, que serão realizadas a partir das 19 horas. Em relação a esses fatos assinale a alternativa correta:

- A) Agiu corretamente a Dra. Ângela, pois a Lei 9.099/95 permite a realização de atos processuais em qualquer dia da semana desde que autorizado pela Lei de Organização Judiciária local; e o Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão dispõe expressamente sobre a realização de atos processuais dos juizados criminais aos sábados, domingos e feriados, inclusive no horário noturno.
- B) Agiu erradamente a Dra. Ângela, pois a Lei 9.099/95 permite a realização de atos processuais em qualquer dia da semana, desde que autorizado pela Lei de Organização Judiciária local, mas o Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão declara que os sábados e domingos são feriados forenses.
- C) Agiu corretamente a Dra. Ângela, pois a Lei 9.099/95 permite a realização de atos processuais em qualquer dia da semana, inclusive no horário noturno, independente do que dispuser a Lei de Organização Judiciária local.
- D) Agiu erradamente a Dra. Ângela, pois a Lei 9.099/95 não permite a realização de atos processuais criminais aos domingos e ainda mais em horário noturno.

72ª questão:

Na Comarca de São Luís, onde existem duas varas privativas do Tribunal do Júri, Raimundo foi denunciado e pronunciado pela prática do crime tipificado no art. 121 do Código Penal. O crime ocorreu em 1982. A denúncia foi recebida em 1983. A pronúncia ocorreu no ano de 1987. Em 2001, foi submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri. Na sessão de julgamento, o Conselho de Sentença desclassificou o crime de homicídio para o crime de lesão corporal seguida de morte. Você é o Presidente do Tribunal do Júri e tomará as seguintes providências:

- A) Antes de dissolver o Conselho de Sentença, proferirá sentença, da competência do juiz singular, absolvendo ou condenando o denunciado.
- B) Dissolverá o Conselho de Sentença e determinará a remessa do processo para um dos Juizes das Varas Criminais de São Luís, via distribuição, pois são eles os competentes para processamento e julgamento dos crimes de competência do juiz singular, que proferirá sentença, extinguindo a punibilidade do réu, pois considerando que o crime foi desclassificado para lesão corporal seguida de morte, cuja pena máxima é de doze anos e prescreve em dezesseis anos, e a pronúncia perdeu sua eficácia.
- C) Antes de dissolver o Conselho de Sentença, proferirá sentença, da competência do juiz singular, extinguindo a punibilidade do réu, pois considerando que o crime foi desclassificado para lesão corporal seguida de morte, cuja pena máxima é de doze anos e prescreve em dezesseis, e a pronúncia perdeu sua eficácia.
- D) Dissolverá o Conselho de Sentença e determinará a remessa do processo para um dos Juizes das Varas Criminais de São Luís, via distribuição, pois são eles os competentes para processamento e julgamento dos crimes de competência do juiz singular, que proferirá sentença, absolvendo ou condenado o réu.

73ª questão:

Ainda sobre Tribunal do Júri é falso afirmar:

- A) Após a publicação da lista geral de jurados realizada em novembro de cada ano, poderá o juiz alterá-la, de ofício ou atendendo reclamação de qualquer pessoa do povo.
- B) Nos debates, durante a acusação e a defesa, as testemunhas podem ser reinquiridas, o que não pode acontecer na réplica e na tréplica.

- C) Os jurados excluídos por impedimento ou suspeição, serão computados para constituição do número legal de jurados exigido pela lei, para instalação da sessão do Tribunal do Júri.
- D) A arguição de suspeição do juiz logo após a instalação da sessão, e por ele não reconhecida, não suspenderá o julgamento.

74ª questão:

Na Comarca de Coelho Neto, terra de grandes escritores, dois presos fugiram da Cadeia Pública. Foi instaurado inquérito policial militar e apurado que a fuga foi facilitada por dois policiais militares que ali prestavam serviço. O Promotor de Justiça ofereceu denúncia contra os policiais militares pela prática do crime de fuga de pessoa presa, previsto tanto no artigo 351 do Código Penal, como no artigo 178 do Código Penal Militar. Com esses dados podemos afirmar:

- A) Os denunciados deverão ser julgados pelo Juiz de Direito da Comarca de Coelho Neto, pois mesmo se tratando de crime militar impróprio, a Auditoria Militar só tem competência para os crimes praticados na Comarca de São Luís, e nas demais comarcas, a Justiça Militar Estadual é exercida pelo Juiz de Direito.
- B) Os denunciados deverão ser julgados pela Auditoria da Justiça Militar, com sede em São Luís, e jurisdição em todo o Estado do Maranhão, pois, independentemente de ser crime militar propriamente dito, foi praticado por militares.
- C) Os denunciados deverão ser julgados pelo Juiz de Direito da Comarca de Coelho Neto, onde o crime ocorreu, pois mesmo praticado por militares trata-se de crime comum contra a administração da justiça.
- D) Os denunciados deverão ser Julgados pela Auditoria da Justiça Militar, pois se trata de crime propriamente militar, haja vista ter sido praticado por militares e está tipificado no Código Penal Militar.

75ª questão:

Em relação à execução penal é falso afirmar:

- A) Ao juiz das execuções não compete a realização da audiência admonitória nos casos de *sursis*
- B) A ausência do condenado à audiência admonitória, para a qual fora intimado por edital com prazo de vinte dias, levará a ineficácia do *sursis* e a imediata execução da pena.
- C) Na audiência admonitória, o escrivão fará a leitura da sentença por determinação do juiz e este fará as advertências necessárias ao beneficiado sobre as conseqüências de nova infração penal e do descumprimento das condições impostas.
- D) Das decisões do juiz das execuções cabe recurso de agravo, em cinco dias, sem efeito suspensivo.

76ª questão:

Quanto aos crimes falimentares é falso afirmar:

- A) O leiloeiro que comerciar e tiver sua falência decretada, pratica crime cuja pena máxima é de quatro anos de reclusão.
- B) Fica isento da pena do crime de falta de apresentação do balanço o comerciante falido que explorar comércio exíguo.

- C) a inexistência dos livros obrigatórios não caracteriza crime falimentar
- D) o crime de desvio de bens da massa falida tem pena máxima de três anos e prescreve em dois anos

77ª questão:

Assinale a alternativa falsa:

- A) Os magistrados do Estado do Maranhão são obrigados, por determinação legal, usar vestes talares nas audiências.
- B) O Plantão Judiciário de 1º Grau na Comarca de São Luís é realizado pelos Juizes Auxiliares de 4ª Entrância.
- C) Nas Comarcas do Interior onde o número de serventias judiciais corresponder ao número de varas, àquelas, no serviço judicial, são vinculadas à competência destas com o correspondente número de ordem.
- D) O Juiz que em gozo de férias for promovido só poderá tomar posse após o término das férias ou se interrompe-las.

78ª questão:

O Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais do Estado do Maranhão é composto:

- A) Por cinco membros: o Vice Presidente do Tribunal de Justiça, o Corregedor-Geral da Justiça, o Desembargador Supervisor-Geral dos Juizados, o Juiz Coordenador dos Juizados e um Juiz dos Juizados Especiais.
- B) Por seis membros: o Presidente do Tribunal de Justiça, o Vice Presidente do Tribunal de Justiça, o Corregedor-Geral da Justiça, o Desembargador Supervisor-Geral dos Juizados, o Juiz Coordenador dos Juizados e um Juiz das Turmas Recursais.
- C) Por seis membros: o Presidente do Tribunal de Justiça, o Corregedor-Geral da Justiça, o Desembargador Supervisor-Geral dos Juizados, o Juiz Coordenador dos Juizados, um Juiz das Turmas Recursais e um Juiz dos Juizados Especiais
- D) Por cinco membros: o Vice Presidente do Tribunal de Justiça, o Corregedor-Geral da Justiça, o Desembargador Supervisor-Geral dos Juizados, o Juiz Coordenador dos Juizados e um Juiz das Turmas Recursais

79ª questão:

O Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Barra do Corda despachou requerimento de Kleber Carvalho, Prefeito Municipal de Barra do Corda, solicitando o registro de nascimento de seu filho Pedro, de treze anos de idade. O requerimento satisfazia as exigências legais, mas não veio acompanhado de qualquer documento. O Juiz da 1ª Vara deve despachar:

- A) Encaminhando ao Juiz da 2ª Vara, pois a competência de Registros Públicos nas comarcas de duas varas no Estado do Maranhão é do Juiz da 2ª Vara.
- B) Convertendo o pedido em diligência para que fosse juntado o comprovante do pagamento de multa em razão do atraso, tendo em vista que não se trata de pessoa pobre
- C) Deferindo o pedido, pois é o Juiz competente, bastando o requerimento com os dados do menor, assinado pelo requerente e por duas testemunhas.
- D) Convertendo o requerimento em diligência para que fosse também assinado pela mãe do menor e juntado o comprovante do pagamento de multa.

80ª questão:

Assinale a alternativa correta:

- A) Toda certidão expedida pelo Cartório de Distribuição da Comarca de São Luís deve conter o selo de fiscalização.
- B) Nem todas as certidões expedidas pelo Cartório de Distribuição da Comarca de Imperatriz devem conter o selo de fiscalização.
- C) O Selo de Fiscalização foi instituído por Lei Federal, cabendo à Lei Estadual somente fixar os modelos e seus valores.
- D) O Selo de Fiscalização, no Estado do Maranhão, é confeccionado em três modelos: modelo I - reconhecimento de firmas e autenticação; modelo 2 - de uso geral; e modelo III – de uso gratuito.

81ª questão:

Vossa Excelência foi aprovado(a) no concurso e é hoje Juiz (a) de Direito Substituto de 1ª Entrância do Estado do Maranhão, tendo sido lotado na Zona Judiciária de Pedreiras, Comarca de 3ª Entrância com três varas. A Desembargadora Corregedora-Geral da Justiça, baixou portaria designando Vossa Excelência para auxiliar o juízo da Terceira Vara da Comarca de Pedreiras. Com esses dados é verdadeiro afirmar:

- A) Nas férias do Juiz Titular da 3ª Vara de Pedreiras, Vossa Excelência então assumirá todas as funções da Vara, independente de nova Portaria da Corregedora Geral da Justiça, salvo se for designado pela Corregedora, outro juiz para responder pelo o titular.
- B) Nas licenças para tratamento de saúde do Juiz Titular da 3ª Vara de Pedreiras, Vossa Excelência deverá aguardar designação da Corregedora-Geral da Justiça e, enquanto não for designado, só poderá exercer suas funções em relação aos processos criminais dos Juizados Especiais, pois a 3ª Vara só tem competência em relação aos Juizados, para processar e julgar os feitos criminais.
- C) Nas férias do Juiz Titular da 3ª Vara de Pedreiras, Vossa Excelência deverá aguardar designação da Corregedora-Geral da Justiça e, enquanto não for designado, só poderá exercer suas funções em relação aos processos dos Juizados Especiais da Comarca, independente de sua natureza, se cível ou criminal, pois tendo um Juiz de Direito Substituto de 1ª Entrância na Comarca, a ele cabe o processamento e julgamento de todos os processos de competências dos Juizados Especiais.
- D) Nenhuma das hipóteses anteriores poderá acontecer, pois o ato de designação do Juiz de Direito Substituto para auxiliar em qualquer Vara, deve ser baixado pelo Presidente do Tribunal, que é a autoridade competente para lotar o Juiz na Zona Judiciária, sendo nesse ato, efetivada a designação do Juiz de Direito Substituto como auxiliar permanente em uma das Varas da Zona Judiciária.

82ª questão:

Na Comarca de Coroatá, de terceira entrância, no dia 14 de novembro de 2000, foi realizada uma sessão do Tribunal do Júri. Essa sessão foi presidida:

- A) Pelo juiz em exercício na 1ª Vara, pois na Comarca de Coroatá, a Presidência do Tribunal do Júri é privativa do Juiz da 1ª Vara.
- B) Pelo Juiz em exercício da 2ª Vara, pois nas Comarcas de Terceira Entrância a Presidência do Tribunal do Júri é privativa dos Juizes da 2ª Vara.

- C) Pelo juiz em exercício da 3ª Vara, pois nas Comarcas de Terceira Entrância, a Presidência do Tribunal do Júri é exercida por todos os Juizes, durante quatro meses, a começar pelo Juiz da 1ª Vara.
- D) Pelo juiz em exercício da 2ª Vara, pois a Comarca de Coroatá, mesmo de terceira entrância, só tem duas varas, cabendo ao Juiz da 2ª Vara a Presidência do Tribunal de Júri no segundo semestre de cada ano.

83ª questão:

Sobre o Tribunal do Júri no Estado do Maranhão é falso afirmar:

- A) Na Comarca de Cururupu, de vara única e de segunda entrância, com dois termos judiciários além do termo sede (Serrano do Maranhão e Bacuri) existem três órgãos do Tribunal do Júri, um em Cururupu, outro em Serrano e o outro em Bacuri, todos eles presididos pelo Juiz de Direito da Comarca.
- B) Na Comarca de São Luís, os denunciados por prática de crimes dolosos contra a vida são processados e pronunciados nas Varas Criminais e somente após o trânsito em julgado da pronúncia, os processos são encaminhados às Varas do Tribunal do Júri.
- C) Por determinação do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado, o sorteio dos jurados far-se-á de 10 a 15 dias antes da data designada para o início da reunião ordinária do Tribunal do Júri.
- D) Nos termos judiciários não sede de comarcas, servirão no Tribunal do Júri os respectivos escrivães do Ofício Único.

84ª questão:

Em relação ao Tabelionato de Notas é falso afirmar:

- A) Reconhecimento de Firma é a certificação feita pelo Tabelião de Notas de que determinada assinatura é verdadeira, também denominado de Reconhecimento de Letra.
- B) Ata Notarial é a narração de fatos verificados pessoalmente pelo Tabelião de Notas.
- C) O Reconhecimento de Firma pode ser verdadeiro ou por semelhança: o primeiro quando o escrivão declara que a assinatura foi aposta em sua presença e, o segundo, quando é feito em comparação com a assinatura existente no cartório.
- D) A escritura pública da compra e venda de imóveis pode ser lavrada em qualquer tabelionato de notas, independentemente da situação do imóvel.

85ª questão:

Em relação ao Tabelionato de Protestos é falso afirmar:

- A) Qualquer documento representativo de dívida pode ser levado a protesto.
- B) Nas comarcas onde existam mais de um Tabelionato, os documentos para protesto, por estarem sujeitos à prévia distribuição, devem ser apresentados no Cartório de Distribuição
- C) O protesto será lavrado e registrado dentro de cinco (05) dias, contados do apontamento
- D) Poderão ser protestados títulos em moeda estrangeira, emitidos fora do Brasil, desde que acompanhados da tradução efetuada por tradutor público juramentado.

86ª questão:

Sobre o Sistema dos Juizados Especiais do Estado do Maranhão é falso afirmar:

- A) O mandado de segurança impetrado contra ato de juiz de Turma Recursal ou contra decisão dela emanada, será processado e julgado pela própria Turma Recursal.
- B) A criação ou extinção de Turmas Recursais é de iniciativa do Conselho de Supervisão, só podendo ser feita através de lei.
- C) Existe uma única Turma Recursal composta de três juizes de direito auxiliares de 4ª entrância.
- D) Os secretários dos Juizados Especiais acumulam além da função de escrivão, as de contador e partidor.

87ª questão:

Quanto à competência das varas de São Luís é falso afirmar:

- A) As varas de família não têm competência para o processamento e julgamento das interdições.
- B) As varas de família são competentes para os processos de inventário e partilha.
- C) A 2ª Vara da Infância e Juventude é competente para processar e julgar os atos infracionais atribuídos a adolescentes.
- D) As varas de entorpecentes têm competência para julgamento de habeas corpus.

88ª questão:

A correição e a inspeção permanente nos serviços extrajudiciais das Comarcas com mais de uma Vara compete:

- A) Ao juiz mais antigo da Comarca.
- B) Ao juiz dos Registros Públicos.
- C) Ao juiz menos antigo da Comarca.
- D) Ao juiz Diretor do Fórum.

89ª questão:

O aval do cheque pode ser dado:

- A) Pelo sacador, caso tenha fundos disponíveis no sacado.
- B) Pelo terceiro, independentemente de ser ele correntista do sacado.
- C) Pelo terceiro, desde que seja correntista do sacado e tenha fundos.
- D) Pelo sacado, se o emitente for cliente especial.

90ª questão:

O registro de marcas e patentes deve ser requerido:

- A) Ao Ministério da Indústria e Comércio.
- B) À Junta Comercial.
- C) Ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial
- D) Ao Registro de Títulos e Documento

91ª questão:

Nos títulos de crédito a expressão “não à ordem” significa:

- A) Emissão de vários títulos de crédito no mesmo valor.
- B) Proibição dos fiadores exercerem direito regressivo.
- C) Proibição de endosso.
- D) Ausência de aceite no título.

92ª questão:

Assinale a resposta correta. A duplicata sem aceite:

- A) Pode ser objeto de execução, preenchidos os requisitos legais.
- B) Prescinde de protesto para ser objeto de execução.
- C) Pode ser executada, somente se o credor oferecer caução.
- D) Não tem qualquer valor jurídico.

93ª questão:

Na cobrança judicial de uma duplicata:

- A) O devedor poderá discutir a origem do débito.
- B) O devedor não poderá jamais discutir a origem do débito.
- C) O devedor somente em casos especiais poderá discutir a origem do débito.
- D) Por ser um título de crédito não se pode discutir a origem do débito, em virtude de sua natureza formal.

94ª questão:

A requerimento do ofendido ou do representante do Ministério Público, de qualquer credor ou por iniciativa do próprio juiz, o síndico poderá ser destituído, com penalidade por:

- A) Falta de prestação de contas de sua administração.
- B) Ter sido nomeado sem embargo da existência de impedimentos, ou por ter excedido os prazos, ou por infração dos deveres legais, ou por ter interesses contrários aos da massa.
- C) Falta de assinatura do termo de compromisso no prazo legal.
- D) Não ter dado maior publicidade à sentença declaratória da falência.

95ª questão:

Na compra e venda mercantil, a cláusula “FOB” (free on board) consiste em obrigar:

- A) O vendedor a entregar a mercadoria na sede do comprador, arcando com as despesas de seguro e frete.
- B) O comprador a receber a mercadoria em sua própria sede, mas reembolsando o vendedor das despesas com o seguro e o frete.
- C) O vendedor a entregar a mercadoria ao transportador, ficando a cargo do comprador o frete e o seguro.
- D) O comprador a retirar a mercadoria na sede do vendedor, pagando o frete e arcando o vendedor, com o seguro.

96ª questão:

No que se refere à fiança, podemos afirmar:

- A) Para que a fiança possa ser reputada mercantil, é indispensável que o afiançado seja comerciante.
- B) Admite interpretação extensiva a mais do que precisamente se compreende na obrigação assinada pelo fiador.
- C) Nem toda fiança comercial é solidária.
- D) O fiador mercantil não pode estipular do afiançado uma retribuição pecuniária pela responsabilidade da fiança.

97ª questão:

Com relação às sociedades em nome coletivo ou com firma é falso afirmar:

- A) Não havendo no contrato designação do sócio ou sócios que tenham a faculdade de usar privativamente da firma social, nem algum excluído, presume-se que todos os sócios têm direito igual de fazer uso dela.
- B) Dá-se ação de perdas e danos contra o sócio que abusar da firma social somente da parte com relação aos sócios, nunca com relação a terceiro.
- C) Quando duas ou mais pessoas mesmo que entre elas existam algumas que não sejam comerciante, se unem para comerciar em comum, debaixo de uma firma social, temos uma sociedade em nome coletivo.
- D) O terceiro poderá intentar, contra o sócio que não abusar da firma social, ação criminal, mesmo que este já responda por ação de perdas e danos.

98ª questão:

Assinale a alternativa correta:

- A) O menor pode participar de atividade comercial como sócio desde que devidamente autorizado pelo juiz.
- B) A concordatária não está obrigada a restituir mercadoria adquirida que já tenha consumido.
- C) O direito de voto do acionista portador de ações preferenciais somente ocorrerá se não tiver subscrito ações novas decorrentes de aumento de capital
- D) Escrituração, registro do ato constitutivo e alterações na Junta Comercial, guarda e conservação do livros comerciais e balanço anual são obrigações comuns a todos os comerciantes.

99ª questão:

Assinale a alternativa falsa:

- A) O *Leasing* consiste em arrendamento mercantil, cabendo ao arrendatário a opção de adquirir o bem arrendado, findo o contrato, mediante um preço residual.
- B) Arribação Forçada ocorre quando um navio entra, por necessidade, em algum porto ou lugar distinto dos determinados na viagem a que se propusera.
- C) Faturização é quando uma das partes cede seus créditos com vencimentos futuros à outra, com determinado deságio, recebendo imediatamente os respectivos valores e ficando a cargo desta última, a cessionária, a cobrança dos títulos representativo desse crédito, assim como os respectivos riscos.
- D) Resseguro é a simultaneidade de seguro sobre um mesmo objeto, desde que somados, não ultrapasse o valor do bem segurado.

100ª questão:

Assinale a alternativa falsa:

- A) O imóvel onde está localizado o estabelecimento comercial pode ser elemento da empresa.
- B) A distinção entre empresa e sociedade consiste em que a primeira é objeto de direito e a segunda o sujeito de direito.
- C) As instituições financeiras estão sujeitas à intervenção ou liquidação extrajudicial, mas não podem falir.
- D) A sociedade de economia mista é regida pela lei societária.

GABARITO

01.D	02.D	03.D	04.D	05.B	06.D	07.B	08.A	09.D	10.D
11.C	12.B	13.D	14.B	15.B	16.A	17.A	18.C	19.D	20.A
21.C	22.A	23.D	24.B	25.B	26.C	27.C	28.A	29.D	30.C
31.B	32.B	33.B	34.A	35.A	36.A	37.D	38.B	39.D	40.C
41.C	42.D	43.C	44.D	45.B	46.C	47.A	48.X	49.D	50.A
51.C	52.A	53.B	54.D	55.C	56.B	57.B	58.B	59.D	60.D
61.C	62.D	63.D	64.C	65.C	66.C	67.D	68.B	69.B	70.A
71.A	72.A	73.B	74.C	75.C	76.C	77.D	78.C	79.C	80.B
81.B	82.D	83.D	84.A	85.C	86.B	87.X	88.B	89.B	90.C
91.C	92.A	93.A	94.B	95.C	96.A	97.B	98.D	99.D	100.C

X – Questão anulada